

Legislação sobre Arquivos em geral

Assunto	Legislação	Data de publicação	Data de entrada em vigor	Alterações
Acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, o qual compreende os direitos de consulta, reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.	Lei nº 46/2007	24/08/07	24/09/07	
Arquivos Distritais e das Bibliotecas Públicas (regime jurídico).	Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de Abril	05/04/83	10/04/83	Art 7.º alterado pelo DL nº 248/2003, de 08/10/03
				Art.3.º, nº5 revogado pelo DL nº 47/2004, de 03/03/04
Atribui relevância jurídica à disponibilização e submissão por via electrónica dos modelos dos formulários dos organismos e serviços públicos integrados na administração central	Decreto-Lei nº 51/2002	02/03/02	07/03/02	
Companhias de Seguro e/ou Resseguros, as sociedades gestoras de fundos de pensões e o Instituto de Seguros de Portugal ficam autorizados a utilizar a microfilmagem e o disco óptico para todos os documentos que devam manter-se em arquivo.	Decreto-lei nº 221/96	23/11/96	28/11/96	
O prazo de obrigatoriedade de manutenção da documentação de suporte à contabilidade e do processo de documentação fiscal é diminuído de 12 para 10 anos.	Artigo 123º/4 e 130º/1 do Código do RC			A alteração aplica-se aos períodos de tributação que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2017.
O presente diploma institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras procederem à declaração das remunerações dos seus trabalhadores em suporte digital ou através de correio electrónico, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social.	Decreto -Lei nº 106/2001	06/04/01	O disposto no presente diploma produz efeitos para as entidades empregadoras com mais de 100 trabalhadores a partir de 1 de Julho de 2001, para as	

			entidades empregadoras com mais de 20 trabalhadores a partir 1 de Abril de 2002 e para as entidades empregadoras com mais de 10 trabalhadores a partir de 1 e Julho de 2002.	
Estabelece as normas relativas ao envio através de suporte digital ou de Internet da declaração de remuneração que os constituintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social, nos termos do DL 106/2001.	Portaria nº 1039/2001, de 27 de Agosto	27/08/01		Nºs 6 a 10 alterados pela Portaria nº 311/2005, de 23/03
Criação da Direcção Geral de Arquivos (D GARQ) que sucede nas atribuições do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e do Centro Português de Fotografia, com excepção das atribuições relativas ao apoio e à difusão da criação fotográfica.	Decreto-Lei nº 93/2007	29/03/07	01/04/07	“Revogado pelo DL 103/2012 de 16/5/2012”
O presente diploma regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos electrónicos e a assinatura digital.	Decreto-Lei nº 290-D/99, de 2 de Agosto	02/08/99	03/08/99	Alterado pela Lei nº 62/2003, de 03/04 que revoga o art. 39.º e altera os arts. 1.º a 9.º, 11.º a 33.º, 37.º, 38.º, 39.º e a epígrafe do capítulo II
Tem em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à faturação em matéria de imposto sobre o valor acrescentado, nomeadamente sendo a factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica pelos sujeitos passivos da relação de imposto	Decreto-Lei nº 256/2003	21/10/03	01/01/04	
Faturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica (CIVA) - Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das facturas ou documentos equivalentes emitidos por via electrónica.	Decreto-Lei nº 196/2007	15/05/2007	20/05/2007	

Instituições de crédito (Públicas ou Privadas) - Autoriza-as a destruir originais de cheques, letras de câmbio e outros documentos que devam permanecer nos respectivos arquivos, desde que, previamente, sejam observados determinados procedimentos de recolha da imagem respectiva e findo determinado prazo de guarda.	Decreto-Lei nº 279/2000	10/11/00	15/11/00	
Estabelece as condições de microfilmagem dos documentos para efeitos fiscais.	Portaria nº 118/90	15/02/90	20/02/90	
Património Cultural - Lei de Bases	Lei nº 107/2001	08/09/01	07/11/01	
Estabelece que a pré-arquivagem de documentação será regulada por portaria e o diploma atribui força probatória igual a do original às cópias obtidas através da microcópia autenticada.	Decreto-Lei nº 447/88	10/12/88	15/12/88	
Diploma relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.	Lei nº 67/98	26/10/98	27/10/98	Declaração de Retificação nº 22/98, de 28/11
Serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado - Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais.	Decreto-Lei nº 121/92	02/07/92	07/07/92	
Transfusão de Sangue - O diploma aprova o regulamento arquivístico dos documentos relativos a essa matéria.	Decreto Regulamentar nº 16/95	29/05/95	03/06/95	Art.1º, nº2 revogado pelo Decreto-lei nº267/2007, de 24/07/07
Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Autorização para ministrar o curso de Ciências Documentais	Portaria nº 852/85, de 9 de Novembro	09/11/85		
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões - Autorização para conferir o grau de mestre na especialidade de Ciências Documentais	Portaria Nº 542/2003	09/07/03	Ano letivo 2003-2004	
Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras - Autorização para ministrar o curso de especialização em Ciências Documentais	Portaria Nº 449/83	19/04/83	24/04/83	
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Criação do curso de especialização em Ciências				

Documentais e, simultaneamente, extinção do curso de bibliotecário-arquivista.	Decreto Nº 87/82	13/07/82	18/07/82	
Regulamento de Conservação Arquivística dos documentos de arquivo da Marinha	<u>Portaria n.º 755/2010</u>	25-10-2010	26-10-2010	
Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	Portaria nº 1141/2010	03-11-2010	04-11-2010	
O presente Regulamento é aplicável à documentação produzida e recebida no âmbito das suas atribuições e competências pela Inspeção - Geral dos Serviços de Justiça adiante designada por IGSJ.	Portaria n.º 1197/2010	26 de Novembro 2010	27 de Novembro 2010	
A Direção -Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) estrutura -se nas seguintes unidades orgânicas nucleares: A Direção de Serviços do Livro; A Direção de Serviços de Arquivística e Normalização; A Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica; O Arquivo Nacional Torre do Tombo; O Centro Português de Fotografia; O Arquivo Distrital do Porto; A Direção de Serviços de Bibliotecas; A Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação.	Portaria n.º 192/2012 de 19 de junho	20-06-2012	21-06-2012	
Aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais	Declaração de retificação nº7/2014	07-02-2014		Retifica a Portaria n.º 368/2013 e revoga a Portaria n.º 1003/99

Regulamentos Arquivísticos em vigor

Instituição	Portaria nº	Alterações legislativas	Data de publicação	Data de entrada em vigor
Autarquias Locais	412/2001	Alteração ao anexo 1 do regulamento arquivístico para autarquias locais Portaria nº1253/2009 de 14 de Outubro de 2009	17/04/01	22/04/01
Caixa de Abono Família dos Empregados Bancários	819/2005		13/09/05	18/09/05
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	116/2011		25-03-2011	26-03-2011
Centro Nacional de Pensões, Centros Distritais de Segurança Social e Serviços de Fiscalização do Instituto de Segurança Social, I.P.	95/2006			
Tribunais Judiciais e Tribunais Administrativos e Fiscais	368/2013		24-12-2013	23-01-2014

Legislação sobre Arquivos em geral

Assunto	Legislação	Data de publicação	Data de entrada em vigor	Alterações
Classificação do arquivo da Tobis Portuguesa, S. A., como bem de interesse nacional	Decreto nº 6/2012	11-04-2012	12-04-2012	
O presente decreto-lei estabelece a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que resulta da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, sucedendo nas respetivas atribuições, com exceção das atribuições da Direção Geral do Livro e das Bibliotecas relativas à Biblioteca Pública de Évora.	Decreto Lei nº 103/2012	16-05-2012	01-06-2012	
Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.	Lei n.º 26/2016	22-08-2016	1/10/2016 (artigo 43º - 01/01/2017)	